



Número: **0600277-98.2020.6.16.0199**

Classe: **RECURSO ELEITORAL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Des. Fernando Quadros da Silva**

Última distribuição : **17/11/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0600277-98.2020.6.16.0199**

Assuntos: **Propaganda Política - Propaganda Eleitoral, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Banner/Cartaz/Faixa, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Bem Particular, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Inobservância do Limite Legal, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Outdoors**

Objeto do processo: **Da decisão proferida nos autos de Representação nº 0600277-98.2020.6.16.0199, que julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados pela Coligação Mudança com Experiência em face de Margarida Maria Singer, Assis Manoel Pereira, da Coligação Vamos Juntos e do Diretório Municipal do Cidadania de São José dos Pinhais, para impor aos representados a obrigação de retirar a placa colocada na fachada do imóvel situado na Travessa Antônio Sbrissia nº 25, casa 2, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de multa diária de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, I, do CPC.**

**(Representação Eleitoral com pedido de liminar ajuizada pela coligação Mudança com Experiência em face da coligação Vamos Juntos, Margarida Maria Singer, Assis Manoel Pereira e partido Cidadania - Diretório Municipal de São José dos Pinhais, alegando, em síntese, que os representados instalaram material de propaganda (placa) de forma irregular em local proibido pela Resolução TSE 23.610. Aduz que o candidato a vereador Juliano Rafael Sary indicou como Comitê central a Travessa Antônio Sbrissia, nº 25, casa 2, local esse onde está afixada a placa no poste do imóvel. Afirma que em relação a Coligação Majoritária e aos candidatos da majoritária, a propaganda eleitoral encontra-se totalmente irregular e com metragem muito superior a 0,5m², como determina a Legislação. Descrição: "Juliano Sary 23800 Nina Singer Professor Assis 23").**

**RE3**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
<b>MUDANÇA COM EXPERIÊNCIA 11-PP / 12-PDT / 15-MDB / 33-PMN (RECORRENTE)</b>	<b>VALQUIRIA DE LOURDES SANTOS (ADVOGADO) PAULO ROBERTO GONGORA FERRAZ (ADVOGADO) ANA CAROLINA DE FIGUEIREDO BORGES (ADVOGADO) ISA YUKARI IMAY (ADVOGADO)</b>
<b>Vamos Juntos 23-CIDADANIA / 51-PATRIOTA / 19-PODE / 90-PROS / 40-PSB / 55-PSD (RECORRENTE)</b>	<b>MIGUELANGELO DOS SANTOS RODRIGUES LEMOS (ADVOGADO) TAINARA PRADO LABER (ADVOGADO) WAGNER LUIZ ZACLIKEVIS (ADVOGADO)</b>

<b>ELEICAO 2020 MARGARIDA MARIA SINGER PREFEITO (RECORRENTE)</b>	<b>MIGUELANGELO DOS SANTOS RODRIGUES LEMOS (ADVOGADO)</b> <b>TAINARA PRADO LABER (ADVOGADO)</b> <b>WAGNER LUIZ ZACLIKEVIS (ADVOGADO)</b>
<b>ELEICAO 2020 ASSIS MANOEL PEREIRA VICE-PREFEITO (RECORRENTE)</b>	<b>MIGUELANGELO DOS SANTOS RODRIGUES LEMOS (ADVOGADO)</b> <b>TAINARA PRADO LABER (ADVOGADO)</b>
<b>PPS - PARTIDO POPULAR SOCIALISTA (RECORRENTE)</b>	<b>TAINARA PRADO LABER (ADVOGADO)</b> <b>MIGUELANGELO DOS SANTOS RODRIGUES LEMOS (ADVOGADO)</b> <b>WAGNER LUIZ ZACLIKEVIS (ADVOGADO)</b>
<b>CIDADANIA (Comissão Provisória Municipal de São José dos Pinhais/PR) (RECORRENTE)</b>	<b>MIGUELANGELO DOS SANTOS RODRIGUES LEMOS (ADVOGADO)</b> <b>TAINARA PRADO LABER (ADVOGADO)</b> <b>WAGNER LUIZ ZACLIKEVIS (ADVOGADO)</b>
<b>MARGARIDA MARIA SINGER (RECORRENTE)</b>	<b>MIGUELANGELO DOS SANTOS RODRIGUES LEMOS (ADVOGADO)</b> <b>TAINARA PRADO LABER (ADVOGADO)</b> <b>WAGNER LUIZ ZACLIKEVIS (ADVOGADO)</b>
<b>ASSIS MANOEL PEREIRA (RECORRENTE)</b>	<b>MIGUELANGELO DOS SANTOS RODRIGUES LEMOS (ADVOGADO)</b> <b>TAINARA PRADO LABER (ADVOGADO)</b>
<b>Vamos Juntos 23-CIDADANIA / 51-PATRIOTA / 19-PODE / 90-PROS / 40-PSB / 55-PSD (RECORRIDO)</b>	<b>MIGUELANGELO DOS SANTOS RODRIGUES LEMOS (ADVOGADO)</b> <b>TAINARA PRADO LABER (ADVOGADO)</b> <b>WAGNER LUIZ ZACLIKEVIS (ADVOGADO)</b>
<b>ELEICAO 2020 MARGARIDA MARIA SINGER PREFEITO (RECORRIDO)</b>	<b>MIGUELANGELO DOS SANTOS RODRIGUES LEMOS (ADVOGADO)</b> <b>TAINARA PRADO LABER (ADVOGADO)</b> <b>WAGNER LUIZ ZACLIKEVIS (ADVOGADO)</b>
<b>ELEICAO 2020 ASSIS MANOEL PEREIRA VICE-PREFEITO (RECORRIDO)</b>	<b>MIGUELANGELO DOS SANTOS RODRIGUES LEMOS (ADVOGADO)</b> <b>TAINARA PRADO LABER (ADVOGADO)</b>
<b>PPS - PARTIDO POPULAR SOCIALISTA (RECORRIDO)</b>	<b>WAGNER LUIZ ZACLIKEVIS (ADVOGADO)</b> <b>TAINARA PRADO LABER (ADVOGADO)</b> <b>MIGUELANGELO DOS SANTOS RODRIGUES LEMOS (ADVOGADO)</b>
<b>MUDANÇA COM EXPERIÊNCIA 11-PP / 12-PDT / 15-MDB / 33-PMN (RECORRIDO)</b>	<b>VALQUIRIA DE LOURDES SANTOS (ADVOGADO)</b> <b>PAULO ROBERTO GONGORA FERRAZ (ADVOGADO)</b> <b>ANA CAROLINA DE FIGUEIREDO BORGES (ADVOGADO)</b> <b>ISA YUKARI IMAY (ADVOGADO)</b>
<b>ASSIS MANOEL PEREIRA (RECORRIDO)</b>	<b>MIGUELANGELO DOS SANTOS RODRIGUES LEMOS (ADVOGADO)</b> <b>TAINARA PRADO LABER (ADVOGADO)</b>
<b>CIDADANIA (Comissão Provisória Municipal de São José dos Pinhais/PR) (RECORRIDO)</b>	<b>MIGUELANGELO DOS SANTOS RODRIGUES LEMOS (ADVOGADO)</b> <b>TAINARA PRADO LABER (ADVOGADO)</b> <b>WAGNER LUIZ ZACLIKEVIS (ADVOGADO)</b>
<b>MARGARIDA MARIA SINGER (RECORRIDO)</b>	<b>MIGUELANGELO DOS SANTOS RODRIGUES LEMOS (ADVOGADO)</b> <b>TAINARA PRADO LABER (ADVOGADO)</b> <b>WAGNER LUIZ ZACLIKEVIS (ADVOGADO)</b>
<b>Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)</b>	

Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
27085616	04/03/2021 14:56	<a href="#">Acórdão</a>	Acórdão



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**

**ACÓRDÃO N.º 58.280**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL 0600277-98.2020.6.16.0199 –**

**São José dos Pinhais – PARANÁ**

**Relator: FERNANDO QUADROS DA SILVA**

**EMBARGANTE: ASSIS MANOEL PEREIRA**

**ADVOGADO: MIGUELANGELO DOS SANTOS RODRIGUES LEMOS - OAB/PR0059589**

**ADVOGADO: TAINARA PRADO LABER - OAB/PR0092625**

**EMBARGANTE: MARGARIDA MARIA SINGER**

**ADVOGADO: MIGUELANGELO DOS SANTOS RODRIGUES LEMOS - OAB/PR0059589**

**ADVOGADO: TAINARA PRADO LABER - OAB/PR0092625**

**ADVOGADO: WAGNER LUIZ ZACLIKEVIS - OAB/PR0066181**

**EMBARGANTE: CIDADANIA (Comissão Provisória Municipal de São José dos Pinhais/PR)**

**ADVOGADO: MIGUELANGELO DOS SANTOS RODRIGUES LEMOS - OAB/PR0059589**

**ADVOGADO: TAINARA PRADO LABER - OAB/PR0092625**

**ADVOGADO: WAGNER LUIZ ZACLIKEVIS - OAB/PR0066181**

**EMBARGANTE: PPS - PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**

**ADVOGADO: MIGUELANGELO DOS SANTOS RODRIGUES LEMOS - OAB/PR0059589**

**ADVOGADO: TAINARA PRADO LABER - OAB/PR0092625**

**ADVOGADO: WAGNER LUIZ ZACLIKEVIS - OAB/PR0066181**

**EMBARGANTE: ELEICAO 2020 ASSIS MANOEL PEREIRA VICE-PREFEITO**

**ADVOGADO: MIGUELANGELO DOS SANTOS RODRIGUES LEMOS - OAB/PR0059589**

**ADVOGADO: TAINARA PRADO LABER - OAB/PR0092625**

**EMBARGANTE: ELEICAO 2020 MARGARIDA MARIA SINGER PREFEITO**

**ADVOGADO: MIGUELANGELO DOS SANTOS RODRIGUES LEMOS - OAB/PR0059589**

**ADVOGADO: TAINARA PRADO LABER - OAB/PR0092625**

**ADVOGADO: WAGNER LUIZ ZACLIKEVIS - OAB/PR0066181**

**EMBARGANTE: Vamos Juntos 23-CIDADANIA / 51-PATRIOTA / 19-PODE / 90-PROS / 40-PSB / 55-PSD**

**ADVOGADO: MIGUELANGELO DOS SANTOS RODRIGUES LEMOS - OAB/PR0059589**

**ADVOGADO: TAINARA PRADO LABER - OAB/PR0092625**

**ADVOGADO: WAGNER LUIZ ZACLIKEVIS - OAB/PR0066181**

**EMBARGADO: MUDANÇA COM EXPERIÊNCIA 11-PP / 12-PDT / 15-MDB / 33-PMN**

**ADVOGADO: VALQUIRIA DE LOURDES SANTOS - OAB/PR0074384**

**ADVOGADO: PAULO ROBERTO GONGORA FERRAZ - OAB/PR0037315**

**ADVOGADO: ANA CAROLINA DE FIGUEIREDO BORGES - OAB/PR0042383**

**ADVOGADO: ISA YUKARI IMAY - OAB/PR0049037**

**FISCAL DA LEI: Procurador Regional Eleitoral1**



**EMENTA – EMBARGOS DE  
DECLARAÇÃO – ALEGAÇÃO DE  
CONTRADIÇÃO – PRETENSÃO DE  
REDISCUSSÃO DO JULGADO –  
EMBARGOS REJEITADOS.**

1. Os embargos de declaração não são via adequada à pretendida reanálise da matéria alegada.

2. Embargos conhecidos e rejeitados.

**DECISÃO**

À unanimidade de votos, a Corte conheceu dos embargos de declaração, e, no mérito, rejeitou-os, nos termos do voto do Relator.

Curitiba, 02/03/2021

RELATOR(A) FERNANDO QUADROS DA SILVA

**RELATÓRIO**

Trata-se de Embargos de Declaração opostos por MARGARIDA MARIA SINGER e OUTROS contra o acórdão nº 57.902 (ID. 22646566), que: i) negou provimento ao recurso de COLIGAÇÃO VAMOS JUNTOS - CIDADANIA, PODEMOS, PATRIOTA, PSD, PSB E PROS - e OUTROS; e ii) deu provimento ao recurso de COLIGAÇÃO MUDANÇA COM EXPERIÊNCIA (PP, PDT, MDB e PMN), deixando de aplicar multa nesses autos, nos termos da fundamentação.

Em suas razões (id. 23089116), os embargantes sustentam a existência de contradição no julgado, defendendo, em síntese, que: i) a legislação não prevê nenhuma espécie de sanção pecuniária ao descumprimento do §2º do art. 37, da Lei nº 9.504/97; ii) a propaganda foi efetivamente retirada, afastando, inclusive, a aplicação de astreintes; e iii) a placa da candidatura majoritária possui apenas 1,7m², o que impede o seu reconhecimento como outdoor.

Ao final, requerem o conhecimento e provimento dos embargos de declaração, para o fim de sanar a contradição apontada, bem como para o fim de conceder efeitos infringentes, reformando o Acórdão embargado.

É o relatório.



## FUNDAMENTAÇÃO

Os embargos de declaração são tempestivos, devendo ser conhecidos. No mérito, no entanto, não merecem acolhimento.

A natureza reparadora dos Embargos de Declaração só permite a sua oposição contra sentença ou acórdão acoimado de obscuridade, contradição ou omissão (art. 275, I e II do Código Eleitoral), ou ainda para correção de erro material, bem como para fins de prequestionamento.

Na espécie, argumentam os embargantes que o julgado encontra-se eivado de contradição.

A contradição ocorre quando o julgado apresenta proposições entre si inconciliáveis. A contradição é entre afirmações da decisão (sentença ou acórdão), não entre a decisão e a de outro juízo ou tribunal, ou entre a sentença/acórdão e alguma peça do processo. A contradição existe, por exemplo, quando a decisão afirma algo e ao mesmo tempo nega, total ou parcialmente, a afirmação. A contradição pode ocorrer entre os fundamentos e o dispositivo ou entre duas afirmações constantes dos próprios fundamentos.

Pois bem.

Na hipótese de que se cuida, os embargantes limitam-se em reiterar as teses arguidas em recurso e que foram oportunamente rechaçadas por ocasião do acórdão embargado, não indicando propriamente a existência de qualquer contradição.

Confiram-se, por oportuno, trechos da decisão desta egrégia Corte (ID. 22646566):

**O imóvel onde foi aposta a placa/banner se refere ao comitê central de campanha do candidato a Vereador Juliano Rafael Sary, conforme informado em seu requerimento de registro de candidatura (ID. 14682466), devidamente constatada a irregularidade em certidão (ID. 14682816).**

*Nesse sentido, não há irregularidade na aposição de sua placa/banner, eis que notoriamente é possível observar que respeita as dimensões de 4m<sup>2</sup> exigidas pelo art. 14, § 1º, da Resolução TSE nº 23.610.*

*Melhor sorte, contudo, não se reserva à placa/banner da candidata a Prefeito Nina Singer.*

*É que não existe coligação para o lançamento de candidaturas a cargos proporcionais como o da vereança, de tal sorte que não há qualquer vínculo jurídico-eleitoral entre tais candidatos que legitime a aposição da placa da candidata ao pleito majoritário no comitê central de candidato a Vereador.*

**Nesta situação, em que a propaganda de Nina Singer foi veiculada em comitê de campanha diverso do seu, medindo 1,7m<sup>2</sup> (medição efetuada por servidor na ID. 13460016 – Processo nº 0600274-46), o artefato utilizado é irregular na medida em que desatende ao tamanho de 0,5m<sup>2</sup> previsto no art. 14, § 2º, da Resolução TSE nº 23.610.**



*As dimensões indicadas no ID. 14683816, conforme mencionado em recurso, não se prestam a comprovar o tamanho da placa da Prefeita porque a medição filmada considerou as duas placas.*

*Com acerto, bem ponderou a origem sobre o tema (ID. 14683966):*

*A questão é que no comitê central de Juliano Rafael Sary pode ele inserir placa/banner contendo a sua propaganda eleitoral ou de seu partido com até 4m2, e não placa/banner que tenha a propaganda da candidata da coligação que seu partido integral nas eleições majoritárias.*

*Ora, incluir em metade da placa/banner propaganda eleitoral de candidato que não tem o comitê central no endereço no qual foi ela colocada acaba implicando em violação da legislação eleitoral, que só permite que os candidatos insiram em bens particulares e em comitês que não o central propaganda com a dimensão máxima de 0,5m2.*

*É de se registrar que os vereadores que concorrem pelos partidos que integram a Coligação Vamos Juntos estão inserindo a mesma modalidade de placa em seus comitês centrais, o que implica na disseminação de placas com mais de 0,5m2 da candidata Nina Singer em bens particulares que não correspondem ao seu comitê central.*

*Não bastasse, no material impugnado consta, ainda, as fotografias dos candidatos, o que não é autorizado pela legislação de regência, que só admite “o nome e o número do candidato”, nos termos do artigo 14, § 1º, da Resolução TSE nº 23.610.*

*Assim, tenho que a intenção dos representados não foi a de informar onde se localiza a sede do comitê central de campanha, mas sim de promover a propaganda eleitoral da candidata ao cargo de Prefeito do Município de São José dos Pinhais/PR.*

**Além das irregularidades mencionadas, percebe-se que o uso conjunto das duas placas, agrupadas como imagem única sob o título Comitê Central, aposta na fachada do imóvel e na sua parte superior, em formato e cores semelhantes, demonstra inesoravelmente o efeito único de propaganda eleitoral em formato de outdoor.**

*Note-se que o local de fixação da propaganda (em cima do portão de entrada) é o local de maior impacto visual do imóvel, mormente porque as placas são as únicas publicidades existentes, sendo facilmente percebida pelas pessoas e veículos que circulam pelo local. A região, inclusive, é alta circulação de veículos e pessoas, conforme se pode observar nas imagens colacionadas.*

**Nesse sentido, o art. 26 da Resolução TSE nº 23.610, que possui o mesmo sentido ontológico do § 8º do art. 39 da Lei nº 9.504/1997, veda a propaganda eleitoral por aparatos que se assemelhem ou causem efeito visual de outdoor, sujeitando os infratores à retirada imediata da propaganda irregular e ao pagamento de multa, nos seguintes termos:**

*Art. 26. É vedada a propaganda eleitoral por meio de outdoors, inclusive eletrônicos, sujeitando-se a empresa responsável, os partidos políticos, as coligações e os candidatos à imediata retirada da propaganda irregular e ao pagamento de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)*



***§ 1º A utilização de engenhos ou de equipamentos publicitários ou ainda de conjunto de peças de propaganda, justapostas ou não, que se assemelhem ou causem efeito visual de outdoor sujeita o infrator à multa prevista neste artigo.***

Desse modo, verifica-se que a insurgência dos embargantes não respeita propriamente a quaisquer vícios, mas sim ao descontentamento com a solução dada ao caso. Pretendem a reapreciação da matéria julgada com a modificação da decisão, o que é vedado pela estreita via dos embargos de declaração, não merecendo acolhimento os aclaratórios.

Ademais, o órgão julgador não está obrigado a analisar de forma expressa todos os dispositivos legais suscitados pela parte e tampouco a rebater um por um de seus argumentos, desde que profira decisão fundamentada, coerente e lógica, enfrentando os argumentos que, em tese, possam infirmar a conclusão adotada no julgado (artigo 489, IV, do CPC/15).

Persistindo a irresignação quanto às questões ora trazidas, deverão os embargantes utilizar da via recursal adequada, razão pela qual considero a matéria como prequestionada.

### **DISPOSITIVO**

Ante o exposto, voto no sentido de se conhecer dos embargos de declaração opostos e, no mérito, em rejeitar-lhes, nos termos da fundamentação.

É o voto.

Fernando Quadros da Silva

**RELATOR**

EXTRATO DA ATA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600277-98.2020.6.16.0199 - São José dos Pinhais - PARANÁ - RELATOR: DES. FERNANDO QUADROS DA SILVA - EMBARGANTES: VAMOS JUNTOS 23-CIDADANIA / 51-PATRIOTA / 19-PODE / 90-PROS /





40-PSB / 55-PSD, ELEICAO 2020 MARGARIDA MARIA SINGER PREFEITO - PARTIDO POPULAR SOCIALISTA, CIDADANIA (COMISSÃO PROVISÓRIA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR), MARGARIDA MARIA SINGER - Advogados dos(as) EMBARGANTES: MIGUELANGELO DOS SANTOS RODRIGUES LEMOS - PR0059589, TAINARA PRADO LABER - PR0092625, WAGNER LUIZ ZACLIKEVIS - PR0066181 - EMBARGANTES: ELEICAO 2020 ASSIS MANOEL PEREIRA VICE-PREFEITO - ASSIS MANOEL PEREIRA - Advogados dos(as) EMBARGANTES: MIGUELANGELO DOS SANTOS RODRIGUES LEMOS - PR0059589, TAINARA PRADO LABER - PR0092625 - EMBARGADA: MUDANÇA COM EXPERIÊNCIA 11-PP / 12-PDT / 15-MDB / 33-PMN - Advogados do(a) EMBARGADA: VALQUIRIA DE LOURDES SANTOS - PR0074384, PAULO ROBERTO GONGORA FERRAZ - PR0037315, ANA CAROLINA DE FIGUEIREDO BORGES - PR0042383, ISA YUKARI IMAY - PR0049037

### **DECISÃO**

À unanimidade de votos, a Corte conheceu dos embargos de declaração, e, no mérito, rejeitou-os, nos termos do voto do Relator.

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Tito Campos de Paula. Participaram do julgamento os Eminentíssimos Julgadores: Desembargador Vitor Roberto Silva, Rogério de Assis, Carlos Alberto Costa Ritzmann, Thiago Paiva dos Santos, Desembargador Federal Fernando Quadros da Silva e Roberto Ribas Tavnaro. Presente a Procuradora Regional Eleitoral, Eloisa Helena Machado.

SESSÃO DE 02.03.2021.

